

Reconstituição histórico temporal da Exposição Internacional do Centenário da Independência

Niuxa Drago, Naylor Vilas Boas e Sebastião Guedes Batista Neto

DRAGO, Niuxa; VILAS BOAS, Naylor; BATISTA NETO, Sebastião Guedes. Reconstituição histórico temporal da Exposição Internacional do Centenário da Independência. *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 00-00, dez. 2022

data de submissão: 16/05/2021
data de aceite: 21/06/2021

Niuxa DRAGO é Doutora em Artes Cênicas; Professora adjunta DHT da UFRJ; niuxadrago@fau.ufrj.br

Naylor VILAS BOAS é Doutor em urbanismo; Professor associado da UFRJ; naylor.vilasboas@fau.ufrj.br

Sebastião Guedes BATISTA NETO é Mestrando, Aluno de pós graduação da FAU UFRJ.

Resumo

A Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil teve lugar entre o desmonte do Morro do Castelo e respectivo aterramento da Praia de Santa Luzia, no Rio de Janeiro, em 1922/23. Bastante estudada por diversas disciplinas, a comemoração oficial do centenário, prestes a completar 100 anos, já foi motivo de publicações na área dos estudos urbanísticos e arquitetônicos, com destaque para os textos de Ângela Martins (1998), Ruth Levy (2010), Raquel Coutinho da Silva (2012), e Margareth Pereira (2013). No entanto, tendo durado 10 meses, entre setembro de 1922 e julho de 1923, o recinto da exposição, com seu arruamento, tratamento paisagístico, mobiliário urbano, e pavilhões, não pode ser considerado uma obra acabada conforme levam a entender os mapas e fotografias divulgados pelos órgãos oficiais da comemoração. As obras levadas a cabo pelo Prefeito Carlos Sampaio (KESSEL, 2001) e o aumento considerável do número de automóveis e visitantes, as mudanças provocadas pela iluminação pública noturna, o costume do veraneio e eventos da cidade, como o Carnaval, transformavam continuamente o espaço da exposição, que nunca funcionou com todos os pavilhões em atividade. As constantes mudanças nas diretrizes e projetos fizeram com que a exposição fosse inaugurada com apenas cinco pavilhões abertos ao público e fechada quando cinco dos principais pavilhões já estavam vazios. O mesmo pode ser falado sobre o espaço livre do certame, do qual não é encontrada nenhuma representação documental.

O objetivo desta pesquisa é reconstituir e analisar o recinto da exposição, afim de preencher as lacunas encontradas. Esta análise se dará por meio de um mapa temporal, com intuito de recriar um documento do certame. Acreditamos poder, desta forma, visualizar o cenário das comemorações em sua verdadeira dimensão urbana.

Palavras-chave: Rio de Janeiro. História Urbana. Exposição. Representação Gráfica. Mapeamento digital.



Abstract

The International Exhibition of the Centenary of the Independence of Brazil took place between the dismantling of Morro do Castelo and the respective embankment of Praia de Santa Luzia, in Rio de Janeiro, in 1922/23. Widely studied by various disciplines, the official commemoration of the centenary, about to turn 100 years old, has already been the subject of publications in the area of urban and architectural studies, with emphasis on texts by Ângela Martins (1998), Ruth Levy (2010), Raquel Coutinho da Silva (2012), and Margareth Pereira (2013). However, having lasted 10 months, between September 1922 and July 1923, the exhibition grounds, with its streets, landscaping, urban furniture, and pavilions, cannot be considered a finished work as the maps and photographs suggest. published by Organs official bodies of the commemoration. The works carried out by Mayor Carlos Sampaio (KESSEL, 2001) and the considerable increase in the number of cars and visitors, the changes caused by night public lighting, the custom of summer and city events, such as Carnival, continuously transformed the space. of the exhibition, which never worked with all the pavilions in activity. The constant changes in guidelines and projects meant that the exhibition opened with only five pavilions open to the public and closed when five of the main pavilions were already empty. The same can be said about the free space of the event, which no documentary representation is found.

The objective of this research is to reconstruct and analyze the exhibition space, in order to fill in the gaps found. which will be done through a temporal map, in order to recreate a document of the event. We believe that, in this way, we can visualize the scene of the commemorations in its true urban dimension.

Keywords: Rio de Janeiro. Urban History. Exhibition. Graphic Representation. Digital Mapping

Resumen

La Exposición Internacional del Centenario de la Independencia de Brasil tuvo lugar entre el desmantelamiento de Morro do Castelo y el terraplén respectivo de Praia de Santa Luzia, en Río de Janeiro, en 1922/23. Ampliamente estudiada por diversas disciplinas, la conmemoración oficial del centenario, a punto de cumplir 100 años, ya ha sido objeto de publicaciones en el ámbito de los estudios urbanísticos y arquitectónicos, con énfasis en textos de Ângela Martins (1998), Ruth Levy (2010), Raquel Coutinho da Silva (2012) y Margareth Pereira (2013). Sin embargo, habiendo durado 10 meses, entre septiembre de 1922 y julio de 1923, el recinto ferial, con sus calles, paisajismo, mobiliario urbano y pabellones, no puede considerarse una obra terminada como sugieren las mapas y fotografías. conmemoración. Las obras llevadas a cabo por el alcalde Carlos Sampaio (KESSEL, 2001) y el considerable aumento del número de coches y visitantes, los cambios provocados por el alumbrado público nocturno, la costumbre de los eventos de verano y de la ciudad, como el Carnaval, transformaron continuamente el espacio. de la exposición, que nunca funcionó con todos los pabellones en actividad. Los constantes cambios en las pautas y proyectos hicieron que la exposición se abriera con solo cinco pabellones abiertos al público y se cerrara cuando cinco de los pabellones principales ya estaban vacíos. Lo mismo puede decirse del espacio libre del evento, en el que no se encuentra representación documental.

El objetivo de esta investigación es reconstruir y analizar el espacio expositivo, con el fin de llenar los vacíos encontrados. lo cual se hará a través de un mapa temporal, con el fin de recrear un documento del evento. Creemos que, de esta manera, podemos visualizar el escenario de las conmemoraciones en su verdadera dimensión urbana.

Palabras-clave: Rio de Janeiro. História Urbana. Exposición. Representación Gráfica. Mapeo digital.

Introdução

A Exposição de 1922 foi a única Exposição Internacional que o Brasil sediou, e uma das primeiras após o final da Primeira Guerra Mundial. A exposição correspondeu a um dos vários eventos oficiais – entre congressos, inaugurações, e publicações – organizados pelo Governo Brasileiro para a comemoração do Centenário da Independência. No caso da exposição, destaca-se a relevância da arquitetura dos pavilhões, inserida no contexto histórico e cultural da formação da ideia de nação brasileira. O mesmo foco recai sobre as representações estrangeiras. Marly Motta (1992) observa que o foco das construções das exposições, mesmo quando a questão nacional já estava presente, costumava recair sobre a escala e a habilidade técnica, mas que a exposição do Rio, devido ao contexto do conflito mundial e ao momento econômico que atravessavam seus participantes, foi especialmente dedicada à representação das identidades nacionais através da arquitetura.

A Exposição do Centenário da Independência esteve aberta ao público do dia 7 de setembro de 1922 ao dia 2 de julho de 1923. Durante 10 meses, a Exposição foi visitada por 3.626.402 pessoas, numa média diária de 12.723 visitantes, de acordo com a revista “A Exposição de 1922”, órgão oficial de divulgação da exposição, em seu último número, publicado em 1923. A localização do recinto¹ da exposição não poderia ser mais representativa dos dilemas da construção da identidade nacional. O percurso, linear, iniciava-se na Praça Floriano Peixoto, núcleo representativo criado pela República e, contornando o Morro do Castelo em desmonte, chegava ao Mercado Municipal, localizado junto ao núcleo representativo do Brasil Colonial, o Largo do Paço, rebatizado pelos republicanos como Praça XV de Novembro.

Com 2.500m de extensão, o percurso da exposição tinha duas partes. A primeira parte, que correspondia à Avenida das Nações, tinha entrada pelo portão construído na Praça Floriano Peixoto. Esta avenida abrigava os pavilhões de honra de treze nações estrangeiras (Portugal tinha ali também seu Pavilhão Industrial)², o parque de diversões, o cinema, bares de cervejarias, lanchonetes, restaurante oficial, pavilhões de indústrias independentes, além de vários pequenos quiosques de produtos alimentícios. A segunda parte era a área da Praça do Mercado, onde os onze pavilhões nacionais foram localizados. O acesso a esta área se dava pelo portão neocolonial, sendo também neocoloniais os pavilhões da Fiação, da Caça e Pesca, das

¹ A historiografia das exposições utiliza em geral dois termos para se referir ao território construído ocupado pelos pavilhões e mostras: certamen ou recinto. O primeiro termo – certamen – tem a conotação de competição, já que as mostras e pavilhões em geral concorrem a premiações. Preferimos o segundo termo, por relacionar-se mais com o sentido de ambiência. Segundo Gordon Cullen, “o recinto, ou compartimento exterior, constitui, possivelmente, o meio mais eficaz e imediato de provocar nas pessoas essa sensação de posição ou de identificação com aquilo que as rodeia. Engloba todos os componentes da noção de Aqui” (CULLEN, 1996, 31)

² Uma outra área, na Praça Mauá, junto ao novo porto da cidade, foi reservada para os demais pavilhões industriais estrangeiros.

Pequenas Indústrias e o das Grandes Indústrias, onde seria inaugurado, ainda durante a exposição, o Museu Histórico Nacional. (COSTA, 2013)

É importante observar que a Exposição não foi um evento isolado na dinâmica de transformação da cidade, que já estava em curso desde a Reforma Passos na primeira década do século. Portanto, não é possível entender sua construção sem o seu contraponto: a demolição do Morro do Castelo. Embora tenha sido condenado pelo decreto de arrasamento que data de agosto de 1920, o Morro do Castelo permaneceu quase intacto até as obras para a exposição de 1922, iniciadas apenas nos últimos meses de 1921. A exposição e a demolição do Morro do Castelo fazem parte da mesma operação. A Avenida das Nações foi construída sobre o aterro inicial, fruto do desmonte de aproximadamente metade da colina, e, durante os dez meses de funcionamento da exposição, os visitantes acompanharam o desmonte completo do morro e suas construções coloniais. A operação com jatos d'água transformava as encostas em lama, e as transportava por dutos, que passavam por cima da Avenida das Nações, de volta ao mar, numa demonstração da capacidade técnica dos brasileiros, destinada a transformar o centro do Rio de Janeiro, de decadente aglomerado colonial, em "digna capital" da maior República da América do Sul.

Havia ali dois momentos da história em disputa, onde diferentes narrativas glorificavam o futuro da cidade a partir da exaltação da exposição e da demolição do Morro, enquanto outras alertavam sobre a violência simbólica relacionada à demolição do lugar de origem da cidade, seu primeiro núcleo urbano, quase duas décadas antes da constituição oficial da proteção ao patrimônio histórico nacional (PIRES JR, 2014). Podemos considerar que ambos constituíam um único momento: o da cidade moderna, ela mesma construída por sobre momentos históricos dirimidos. Argan nos lembra que a alma mesma da cidade moderna é o devir, a mudança, o movimento:

A cidade moderna contrapõe-se à antiga exatamente na medida em que reflete o conceito de uma cidade que, não tendo uma instituição carismática, pode continuar a mudar sem uma ordem providencial e que, portanto, exatamente a sua mudança contínua é representativa (...) (ARGAN, 1998, pp.74-75).

As pesquisas realizadas no âmbito do Laboratório LAURD da FAU-UFRJ têm como um de seus objetivos, exatamente, a exploração de tecnologias de representação que apreendam e articulem, de forma criativa, os

“movimentos da cidade”, permitindo a visualização de novos problemas e a construção de novas hipóteses.

As representações do centenário: Lacunas cartográficas

Ainda que a exposição tenha sido um evento marcante na cidade, lacunas importantes são observadas quando nos aprofundamos na pesquisa sobre seus espaços, do ponto de vista da representação. Documentações iconográficas sobre os pavilhões podem ser encontradas com certa facilidade, mas, no que diz respeito a uma visão geral de seu conjunto e, mais precisamente, de seu espaço livre, a escala das representações existentes não é suficiente para fornecer uma visão mais detalhada sobre as características do projeto. Ainda que fartamente documentada através de fotografias, a ausência de outras representações do espaço livre entre os pavilhões, aquele efetivamente onde a dimensão urbana da exposição se manifestava, apresenta lacunas importantes na sua historiografia e levanta questões acerca da ausência de um projeto efetivo para estes espaços.

Além de fac-símiles de documentos oficiais e de um Álbum Comemorativo do Centenário da Independência que divulgava imagens da cidade do Rio de Janeiro, a Comissão de Comemoração do Centenário contou com uma revista oficial, a *Ilustração Brasileira* (PINHEIRO, 2011). Uma outra revista foi editada especialmente pela comissão organizadora da Exposição, e teve 15 números (alguns deles editados conjuntamente). No primeiro número da revista, há



Figura 1

Mapa da Exposição Internacional do Centenário

Fonte: A Exposição de 1922 (órgão da comissão organizadora), n.1, julho de 1922

uma planta do recinto projetado para a Exposição Internacional do Centenário. Embora a revista não indique a autoria do projeto, o Relatório do Ministério da Justiça, datado de setembro de 1924 e disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, traz um anexo com o balanço final da Exposição do Centenário da Independência. Este relatório indica que a autoria do plano da exposição é dos arquitetos Archimedes Memória e Gastão Bahiana, junto ao engenheiro Domingos Cunha, e foi aprovado em março de 1921. A planta apresentada pela Revista da Exposição de 1922 em seu primeiro número (Figura 1), pela ausência de detalhamento e por indicar ainda a localização de pavilhões de países que já haviam comunicado desistência, é provavelmente baseada neste plano inicial. Esta planta guarda bastante similaridade com a planta fotografada por Augusto Malta que se encontra no álbum de fotos da exposição guardado na Biblioteca Nacional (Figura 2). Além da planta geral da exposição, Malta fotografou projetos dos pavilhões nacionais para compor este álbum que é, possivelmente, a melhor fonte técnica sobre a exposição.

Ângela Martins (1998) compôs um mapa muito mais próximo à feição construída da exposição (Figura 3), provavelmente a partir de trabalhosa pesquisa iconográfica que lhe permitiu identificar a existência de outros pavilhões e sua localização aproximada. Além disso, Martins redesenha parcialmente o espaço livre a partir das fotos. Em seu mapa desaparecem os vários jardins não executados e aparecem a pequena praça ao lado do moinho holandês, à entrada da Avenida das Nações, a praça hexagonal diante do mercado e o desenho, como executado, da praça diante do Palácio das Festas.



Figura 2
Mapa da Exposição Internacional do centenário, fotografado por Augusto Malta.
Fonte: Biblioteca Nacional (consultado em 18/07/2019)

A partir da planta apresentada por Martins, Ruth Levy criou uma bela planta em cor que foi publicada com o catálogo da exposição que organizou no Centro Cultural dos Correios por ocasião dos 90 anos da Exposição do Centenário (2012). Levy retirou da planta os traços de alguns recintos livres, e retirou também alguns pavilhões localizados, mas não identificados, por Martins. Levy avançou na identificação de alguns outros pequenos quiosques genericamente identificados por Martins e ajustou alguns alinhamentos entre os pavilhões (Figura 4).

Ambas as pesquisadoras, provavelmente, não tiveram acesso à fotografia aérea do 5º Centro de Geoinformação do Serviço Geográfico do Exército, disponibilizada pela plataforma digital ImagineRio, da Rice University, e publicada no volume "Rio pelo Alto 2" (PAMPLONA, 2017) (Figura 5). A fotografia apresenta a região da exposição vista de topo e foi tirada no momento em que o aterramento já preencheu parte do segundo enrocamento da ponta do Calabouço. Pelo andamento do desmonte do Morro do Castelo, pela dimensão

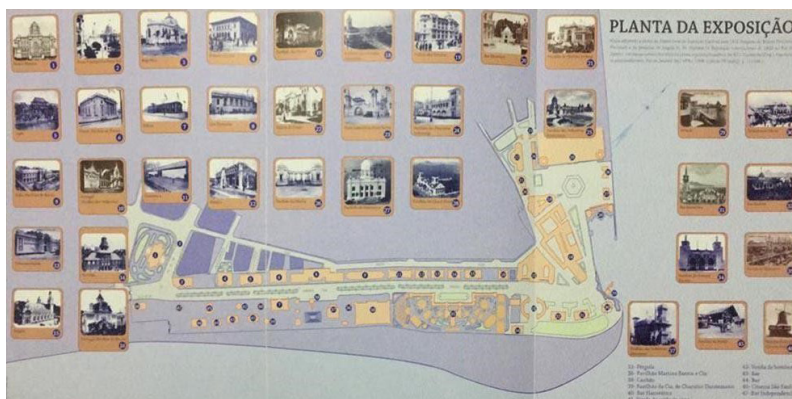


Figura 3
Mapa da Exposição Internacional do centenário
Fonte: MARTINS (1998, p. 123)

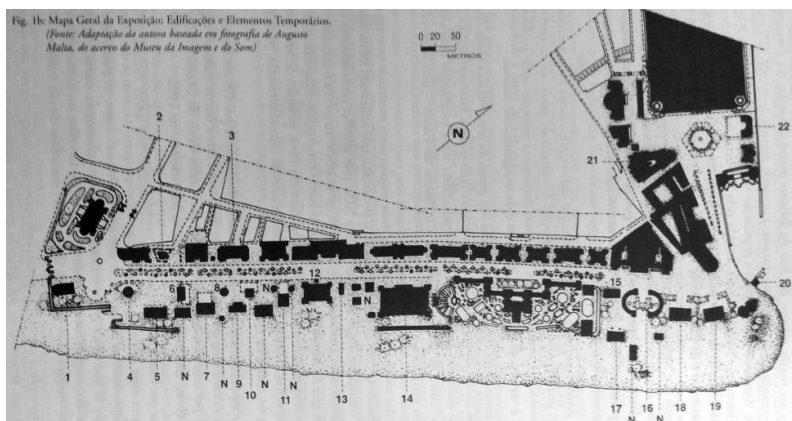


Figura 4
Mapa da Exposição Internacional do Centenário
Fonte: LEVY (2013, folheto anexo)

do aterro já consolidado e pela presença do Pavilhão das Indústrias Portuguesas (último a ser construído) podemos ter certeza de que a fotografia corresponde ao período final da exposição, possivelmente maio ou junho de 1923. Esta fotografia foi nossa fonte para a retificação das localizações dos pavilhões e edículas e permitiu identificar outras edificações que não apareciam nas plantas supracitadas.



Figura 5
Fotografia aérea do recinto da exposição. 5º Centro de Geoinformação do serviço Geográfico do Exército (1923)
Fonte: ImagineRio (imaginerio.org)

Mais que isso, esta foto aérea também permitiu avaliar a relação da exposição com seu entorno, que está ausente das plantas anteriores e que pouco aparece nas imagens oficiais de divulgação das comemorações. O entorno do recinto incluía as antigas edificações do Bairro da Misericórdia, a demolição do Castelo e o lamaçal que se ia constituindo em aterramento. Mais precisamente, o recinto da exposição e a demolição do Morro do Castelo não apenas aconteciam ao mesmo tempo, mas o andamento desta última determinava a ampliação do território da exposição, que ia tornando o mar mais distante e ampliando o terreno para a construção de pequenos pavilhões que não estavam previstos no plano inicial. Representar as duas transformações conjuntamente era, então, um dos objetivos da pesquisa para ampliar nossa compreensão desta transformação urbana.

A Demolição do Morro do Castelo

A pesquisa historiográfica urbana através da representação gráfica digital, de um ponto de vista metodológico, caracteriza a atividade do Laboratório LAURD da FAU-UFRJ- desde os primeiros anos de sua formação

institucional. Modelos digitais, interfaces interativas, videogames, entre outras experimentações, foram utilizadas para investigar as dinâmicas de desenvolvimento das cidades, em particular, do centro do Rio de Janeiro, e nos revelam um universo de possibilidades para a representação de dimensões ligadas às suas temporalidades, dinamismos e multiplicidades.

O estudo gráfico sobre a demolição do Morro e a constituição da Esplanada do Castelo já foi objeto de tese de doutoramento, e define uma etapa importante na consolidação de métodos empíricos que vinham sendo utilizados no âmbito da pesquisa do LAURD, especificamente relacionados com o uso de modelos digitais em pesquisas de reconstrução arquitetônica e urbana de contextos já desaparecidos.

No estudo, foram definidos determinados fluxos de trabalho que relacionavam o cotejamento crítico de documentação iconográfica primária e a transformação de suas informações em modelos tridimensionais. Tais modelos foram usados em interfaces digitais de leitura que apresentavam narrativas historiográficas não-lineares, demonstrando sua capacidade para a interconexão de informações originalmente dispersas, bem como para representação em abordagens, à época, ainda pouco exploradas na historiografia urbana.

O estudo sobre o Morro do Castelo se debruçou sobre o processo de demolição e a constituição da Esplanada do Castelo, analisando também as múltiplas realidades possíveis dadas pelos diferentes projetos propostos para a área, antes do início efetivo da implantação do Plano Agache, no final da década de 1920 e, posteriormente, a sua complementação a partir do projeto moderno da Comissão do Plano da Cidade, no início da década de 1930, que acabou por constituir a área fragmentada e incoerente hoje existente.

Na ocasião, a documentação utilizada permitiu a reconstrução do contexto urbano do entorno e do próprio morro, em um nível de detalhamento capaz de permitir a identificação individual das edificações. Atualmente, nova pesquisa está abrindo caminho para abordagens que visam a reconstrução da paisagem social do Morro do Castelo através de mapeamento digital, ainda em seus primeiros estágios de desenvolvimento.

O Mapa da Exposição

Com base em sequência cronológica de fotografias, a reconstituição tridimensional do arrasamento do Morro do Castelo, mês a mês, já havia sido criada, incluín-

do, em sua base, os pavilhões da exposição, na escala urbana de representação. Com a pesquisa “Reconstituição Histórico-temporal da Exposição de 1922”, desenvolvida junto ao Laboratório de Narrativas em Arquitetura LANA da FAUFRJ, era nosso objetivo articular a esta reconstituição o processo de construção da exposição, gerando um cenário mais integrado dessas operações. A partir da foto aérea, pudemos retificar as implantações dos pavilhões e identificar a existência de pavilhões secundários e edículas não registradas nas plantas anteriores. Restava-nos identificá-los e, para isso, além das fotografias oficiais, que apenas os deixavam entrever nas bordas dos registros dos pavilhões principais, precisamos recorrer aos periódicos em circulação à época.

Para que um mapa temporal pudesse ser esboçado, recorreremos à montagem de um calendário dia-a-dia da exposição e identificamos, além de eventos, as datas de inaugurações. Assim, foi possível fazer um mapa da exposição mês-a-mês com o que estava em construção e o que estava em funcionamento.

No dia da inauguração da exposição, apenas 5 pavilhões estavam franqueados ao público, todos eles estrangeiros. O Palácio das Festas, embora tenha abrigado a cerimônia oficial de inauguração, ainda não estava aberto à visitação. Os jornais são unânimes em afirmar que a impressão geral é de um grande canteiro de obras.

No dia 7 de setembro, tudo leva a crer que a cidade viveu um caos no trânsito. Os relatórios dos adidos militares às Embaixadas estrangeiras que vieram prestigiar a cerimônia são unânimes em reclamar do trânsito de automóveis. O embaixador do México e o do Paraguai não conseguiram chegar do Hotel Glória ao Palácio das Festas “em virtude do agglomerado popular que se observava em toda a extensão da Avenida Beira-Mar e avenida interna do terreno da pré-citada exposição”³. Optamos, assim, por iniciar o mapa no dia 7 de setembro (Figura 6) e efetuar um novo mapa para o restante do mês de setembro (Figura 7), quando houve mais algumas inaugurações, principalmente de pavilhões comerciais.

³ Relatório do Tenente Coronel José Maria Franco Ferreira, adido militar à Embaixada do Paraguai nas comemorações do centenário da independência, datado de 07/09/1922. Folha anexa ao relatório final do Ministro das Relações Exteriores (ano 1922). Acervo Histórico do Itamaraty cód. 475.0, lata 1265, maço 28572. Consultado em 15/01/2020.

O espaço livre do certame

Outra vertente da pesquisa é a análise sobre o espaço livre da exposição. Apesar da importância do evento em si, a pesquisa foi de encontro a problemática neste ponto. Documentos históricos oficiais do evento, revistas, jornais, fotografias e periódicos da época foram analisados com o objetivo de evidenciar como a exposição era retratada, como esta foi abordada e representada para o público da época, traçando um paralelo entre a representação dos documentos oficiais e os não oficiais do evento.

Contudo, os documentos não revelam uma narrativa linear dos fatos, expondo lacunas importantes a serem completadas. Os mapas, aqui já apresentados, não evidenciam todos os detalhes da exposição e as fotografias não são suficientes. Portanto, ressalta-se a importância da unificação destes dados através de

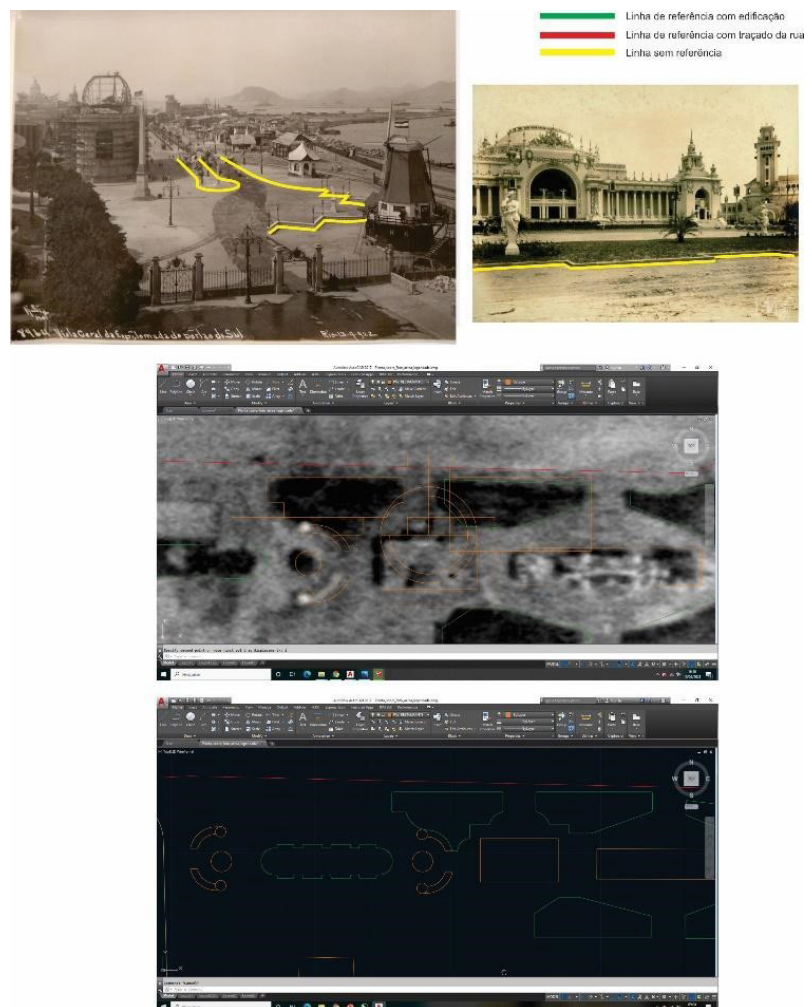


Figura 12
 Processo de unificação dos documentos em planta
 Autores: Sebastião Guedes

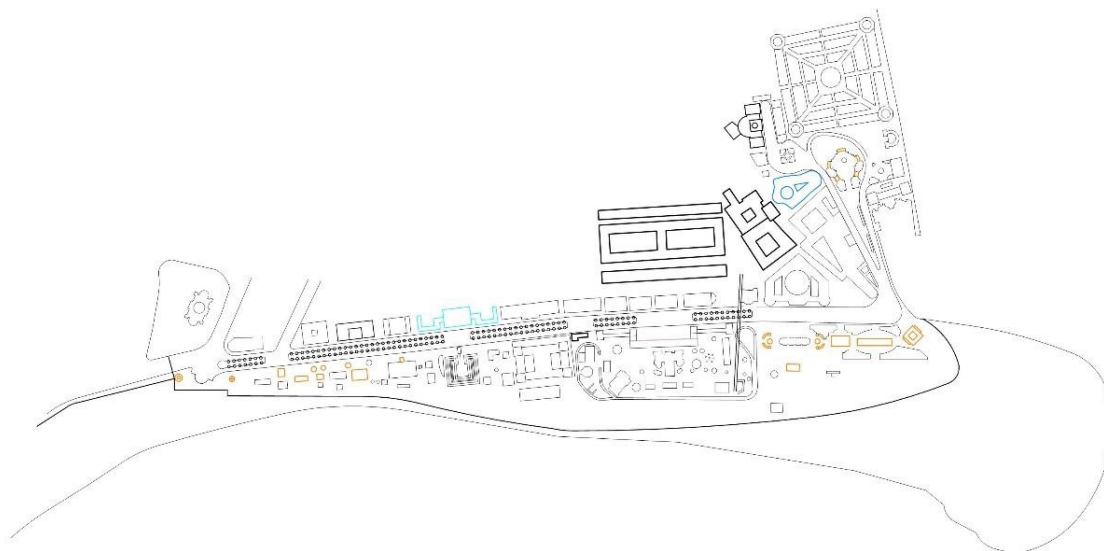


Figura 13
Planta da exposição
Autores: Sebastião Guedes

uma base digital (Figura 12), que está sendo elaborada através da produção de um mapa em duas dimensões e posteriormente em modelagem virtual em terceira dimensão. Busca-se uma representação clara dessas narrativas, visando assim retratar com maior clareza o espaço público da Exposição de 1922.

Conclusão

Seria possível, igualmente, adicionar a estas representações, dados sobre o cotidiano da cidade encontrados em jornais e periódicos, como eventos que tiveram lugar no recinto da exposição ou seu entorno imediato, quantidade de visitantes, meios de transporte usados no recinto e outras dinâmicas que aproximem as comemorações da realidade da cidade, gerando uma nova imagem das Comemorações do Centenário.

Acreditamos que tão somente a reconstituição dos pavilhões e do espaço livre já será capaz, no cotejamento das informações projetuais e iconográficas, de suscitar questões teóricas e historiográficas sobre a adaptação dos projetos durante sua execução. Cabe ainda lembrar que as representações dos pavilhões privilegiavam, naturalmente, as suas fachadas principais em detrimento de suas fachadas laterais e posteriores, estabelecendo uma relação cenográfica que não é suficiente para entendermos a Exposição quando esta se revela inserida em seu contexto.

Ao aprofundarmos a pesquisa em periódicos, perceberemos também que a importância dada ao clima do Rio de Janeiro, à instabilidade política e às mudanças de

costumes urbanos nos anos 1920 (SANTUCCI, 2015) indicam a importância crescente do espaço público na dinâmica da cidade e aponta a necessidade de se entender como estas mudanças se traduziam em projeto, tanto de ajardinamento, como de trânsito de automóveis, de iluminação pública e mobiliários urbanos.

Referências

- ARGAN, Giulio Carlo. História da Arte como História da Cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- COSTA, Julia Furia. O Culto da Saudade: História e passado na criação do Museu Histórico Nacional (1922-1924). Dissertação (Mestrado em História), UnB. Brasília, 2013.
- CULLEN, Gordon. Paisagem Urbana. Lisboa: Edições 70, 1996.
- KESSEL, Carlos. A Vitrine e o Espelho. O Rio de Janeiro de Carlos Sampaio. Rio de Janeiro: SEC/DGDIC/AGCRJ, 2001.
- Livro de Ouro Comemorativo do Centenário da Independência do Brasil e da exposição internacional do Rio de Janeiro (1822 a 1922-23). Rio de Janeiro: Anuario do Brasil (Almanak Laemmert), setembro de 1923.
- LEVY, Ruth. A Exposição do Centenário e o meio arquitetônico carioca no início dos anos 20. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2010.
- LEVY, Ruth. 1922|2012 90 anos da Exposição do Centenário. Rio de Janeiro: Casa 12, 2013.
- MARTINS, Ângela. "A Exposição Internacional de 1922 no Rio de Janeiro: um espaço urbano turístico na jovem república brasileira". In: RIO, Vicente del (org.) Arquitetura: pesquisa & projeto. Rio de Janeiro: FAU UFRJ, 1998 (Coleção PROARQ), pp. 121-146.
- MOTTA, Marly. A Nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1992.
- PAMPLONA, Patrícia. Rio Pelo Alto 2: Panoramas da Cidade do Rio de Janeiro 1910 - 1920. Rio de Janeiro: Id Cultural, 2017.
- PEREIRA, Margareth. "As duas faces de Jano" in: LEVY, Ruth. 1922|2012 90 anos da Exposição do Centenário. Rio de Janeiro: Casa 12, 2013.
- PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. Neocolonial, Modernismo e Preservação do Patrimônio no Debate Cultural dos Anos 1920. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2011.
- SANTUCCI, Jane. Babélica Urbe - O Rio nas crônicas dos Anos 20. Rio de Janeiro: RioBooks, 2015.
- SILVA, Rachel Coutinho da. "El Centenario en Rio de Janeiro: ideología, planeamiento y remodelación urbana". In: GUTMAN, M.; MOLINOS, R. (Orgs.). Construir bicentenarios latinoamericanos en la era de la globalización. Buenos Aires: Infinito, 2012. pp. 331-348.
- VILAS BOAS, Naylor. A Esplanada do Castelo: Fragmentos de uma História Urbana. Tese (Doutorado em Urbanismo), PROURB/UFRJ. Rio de Janeiro: 2007.